



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004743-02.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Posse**
Embargante: **José Nelson Rodrigues**
Embargado: **DOMINGOS DONISETTE CALABRESE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos de terceiro em que o autor alega que em outro processo que tramita neste Juízo ocorreu a busca e apreensão de caminhão que é de sua propriedade.

Almeja à exclusão dessa medida.

O autor asseverou a fl. 30 que é empregado da oficina mecânica "Priscila Rodrigues ME" e que a proprietária do caminhão em apreço, Simone da Conceição Matias ME, o levou até lá para a realização da retífica de seu motor, o que alcançou o valor de R\$ 59.950,00.

Asseverou também (fl. 31) que Simone não fez o pagamento por tais serviços que desenvolveu e para ressarcir-los ofereceu a ele o caminhão como forma de pagamento.

Já a testemunha José Henrique Ramos de Oliveira prestou depoimento em sentido diverso.

Esclareceu que o autor é na verdade o proprietário da oficina e que Simone tinha diversas dívidas com ele por vários serviços que lhe fizera.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Confirmou a entrega do caminhão para quitação dessas dívidas, mas ressaltou que parte delas permaneceu em aberto porque o valor do caminhão era insuficiente para seu pagamento integral.

Tais elementos, aliados à inexistência de outros, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, tocava ao autor a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito (art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil), mas ele não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

A testemunha inquirida não respaldou a explicação oferecida para justificar como o autor teria adquirido o caminhão e, como se não bastasse, não se positivou a existência de outras dívidas de Simone em relação a ele.

Não é crível, ainda, que uma transação desse porte se concretizasse sem nenhum instrumento a concretizá-la.

Por outras palavras, seria de rigor que o autor e Simone materializassem a transferência do caminhão como dação em pagamento de dívidas que necessariamente fossem delimitadas com precisão, ficando claro se isso importaria o pagamento integral das mesmas ou se haveria valor - a ser igualmente especificado - pendente.

Os documentos de fls. 32/42 não se prestam a suprir tal lacuna e a circunstância do autor passar a figurar como proprietário do veículo perante a repartição de trânsito competente não assume maior importância à minguada da comprovação efetiva de sua aquisição.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Prossiga-se normalmente no processo mencionado na petição inicial.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**